

Mobilização social da juventude indígena para construção descolonial das políticas de juventude¹

Assis da Costa Oliveira (UFPA)

Resumo: o trabalho discute o processo de mobilização social da juventude indígena durante a 3ª Conferência Nacional da Juventude para construir alianças políticas e discursos propositivos à descolonização das políticas da juventude mediante a internalização dos direitos indígenas e das demandas coletivas dos povos indígenas. Por meio da observação participante e de entrevistas com jovens indígenas e não-indígenas, analisa-se as estratégias criadas para “por em cena” a etnicidade e suas reivindicações específicas, seja para construir “outra” pauta de reivindicações que trabalhem o aspecto coletivo e diferenciado do “ser jovem” entre povos indígenas, seja para promover uma “maioria” de adesões às proposições estruturadas e, principalmente, à prioridade máxima da juventude indígena, em articulação com a juventude de povos e comunidades tradicionais e juventude rural.

Fronteiras culturais e a *eticização* das políticas e dos direitos juvenis

Quando cheguei para o terceiro dia da 3ª Conferência Nacional da Juventude, descendo as escadas no estádio Mané Garrincha, em Brasília, Kâhu Pataxó já estava ao lado da grade de separação do espaço da assembléia final e do corredor. Pintado de laranja e preto no rosto, com colar e uma saia de palha, Kâhu chamava a atenção das pessoas que iam chegando, assim como os outros jovens indígenas que chagavam aos poucos, alguns com roupas e pinturas tradicionais, outros não.

Não tardou para que os “curiosos” não-indígenas viessem até o grupo de jovens indígenas para conversar sobre aspectos das culturas indígenas e, sobretudo, pedir para tirar uma foto. Nesse momento, Kâhu falou: “pode ser, mas é uma foto por um voto, para fortalecer a nossa luta, tudo bem? Votar na nossa proposta prioritária, na 312²!” E isto se repetiu ao longo de toda a manhã da assembléia final, sempre de maneira descontraída, ele e, depois, os demais jovens indígenas, negociavam, com os que vinham até eles para tirar uma foto, a contrapartida do registro da imagem: o voto, apelando para a causa da luta dos povos indígenas, e de outros povos e comunidades tradicionais e comunidades rurais – sempre também referido nos discursos –, pelo valor

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Assim definida: “312 – Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer e regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.” No último capítulo do artigo analiso detidamente o conteúdo.

cultural do território e o direito à terra; mas, sobretudo, cativando os “curiosos” no apelo ao “exotismo” de suas presenças naquele espaço, fazendo-o instrumento de fazer política para o alcance do objeto maior, os votos dos delegados não-indígenas, a ampla maioria dos presentes na Conferência.

Não foi a única estratégia adotada pelos jovens indígenas que eram delegados da Conferência, mas foi a que mais me chamou atenção. Tratava-se de apoiar-se no imaginário social do “exotismo indígena” – possivelmente, penso eu, da imagem de “bom selvagem” que atira as mentes e os cliques fotográficos – para impulsionar a política indígena que ali ocorria, de modo a manejar as fronteiras culturais para gerar oportunidades políticas de fortalecimento dos objetivos traçados e, concomitantemente, de visibilidade identitária da juventude indígena. Mas não só isso. O pedido era direcionado, majoritariamente, a indicação de voto para a proposta 312, que continha, em seu âmago, uma proposta de direito à terra, escolhida pela juventude indígena como a mais importante de todas as propostas feitas durante os três dias de evento, e que estavam sendo disputada e negociada naquele momento – e de maneira mais intensa, quando começou a votação – como elemento dos direitos indígenas que adentrava o campo das proposições de políticas da juventude, incorporando a dimensão coletiva, intergeracional e territorial, desde uma perspectiva etnicamente diferenciada, para estabelecer o fundamento primordial dos direitos da juventude indígena.

Introdução tardia e os caminhos da pesquisa

A narrativa da observação e interlocução com Kâhu Pataxó foi o pretexto didático-discursivo para situar o leitor no objetivo do artigo. Objetivo analisar a mobilização, as estratégias, as ações coletivas e alguns aspectos dos conteúdos de proposições feitas pela juventude indígena ao longo dos três dias de pesquisa na 3ª Conferência Nacional da Juventude, entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2016, apesar do evento ter começado no dia 16.

Ao longo de três dias, acompanhei diuturnamente um grupo de 24 indígenas, dos quais seis eram delegados do evento, e os demais tinham vindo na condição de observadores ou que participavam, na mesma semana, da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista que tinha ocorrido na mesma semana, entre os dias 13 e 16 de dezembro, e que prolongaram sua estadia para contribuir com as discussões na 3ª Conferência Nacional da Juventude. Cabe informar, também, que os seis delegados da juventude indígena num quadro de 484 delegados do evento, totalizando 1,23% desse

quantitativo (Secretaria Nacional de Juventude, 2015a), ainda que, no decorrer do evento, os outros indígenas que não eram delegados também acabassem se inserindo nos espaços de participação como sujeitos com poder de voto.

Procuro empreender um trabalho de observação, registro, interação e entrevistas com diferentes sujeitos da juventude indígena ao longo dos dias e dos espaços do evento. Porém, desde o início percebo a presença de alguns jovens indígenas que se destacam como lideranças do grupo, e com os quais acabo tendo maior contato para interlocução sobre os cenários vivenciados no local.

Meu foco é a identificação das ações coletivas da juventude indígena para promoverem valores, interesses e formas de conceber os direitos e as políticas públicas num cenário de negociação e de conflitos para estruturação das proposições e, em vários momentos, votações das propostas. Para tanto, utilizo a conceituação teórica de ação coletiva de Revilla Blanco (2010), compreendida como processo interativo e comunicativo levada a cabo por sujeitos coletivamente mobilizados – ainda que não necessariamente organizados – e que implica na construção de identidades coletivas com vista ao alcance de determinados fins (dimensão instrumental) e a ser o próprio fim (dimensão expressiva)³.

Porém, articulo tal definição teórica de ações coletivas ao suporte antropológico de Geertz (1998) sobre o “saber local”, ou seja, os sentidos e significados que os sujeitos elaboram de suas formas de ver e atuar no mundo. Com Geertz (1998), redobro a atenção ao contexto sociocultural dos sujeitos da pesquisa, a juventude indígena, e a maneira como simbolizam as questões que colocam em debate, pois nelas estão presentes suas visões de mundo e, conseqüentemente, suas definições sobre sentidos de direitos produzidos a partir de determinado contexto, mas com plena legitimidade de operar como semântica da disputa do campo jurídico-político da 3ª Conferência Nacional da Juventude.

³ Revilla (2010) Blanco também estabelece três tipos básicos repertórios de ação coletiva: a primeira, definida como *ações coletivas contidas*, representa um conjunto de ações de baixo ou escasso risco e que tampouco necessita de grande investimento de compromisso dos executantes, sendo também aceitas pelas autoridades, como as campanhas, os manifestos, as marchas e as greves; a segunda, *ações coletivas de confrontação*, implica “cierto riesgo de alteración del orden público o de uso de la violencia (daños contra la propiedad)” (2010: 57), além de exigirem um modo de organização, de benefícios e de custos assumidos pelo grupo, como as greves de fome, as ocupações de edifícios e os boicotes; por fim, a última categoria, as *ações coletivas de violências*, é o uso da violência contra determinadas pessoas como meio da ação coletiva, a exemplo dos conflitos armados, do terrorismo e da guerrilha. Não estou interessado em fazer o uso tipológico dessas classificações para determinar a “natureza” ou o “estilo” das ações coletivas da juventude indígena, mas elas ajudam a compreender que existe uma diversidade de formas de fazer política, e que é necessário estar atento para saber identificá-las e analisá-las.

Assim, pretendo estabelecer uma base teórica sociológico-antropológico para analisar as mobilizações da juventude indígena e perceber os sentidos e significados que os/as jovens indígenas apresentam sobre seus direitos, aqui, novamente, com Geertz (1998), procurando refletir sobre as “sensibilidades jurídicas”⁴ que atuam em tais simbolizações, as quais estão imersas num campo de disputa pelo lugar do indígena na política da juventude e, portanto, no embate aos discursos e práticas de colonialidade do poder que perpassam a dinâmica de interação dos/das jovens indígenas com os demais sujeitos não-indígenas, fazendo-os ter que criar estratégias para suplantar tanto a quantidade numérica reduzida de seus representantes, em comparação com outras delegações e grupos de interesse, quanto às condutas discriminatórias pautada numa visão de inferioridade dos indígenas.

Em paralelo, estou reconhecendo a juventude indígena, e as organizações das quais fazem parte, como sujeitos coletivos de direitos que se conformam, desde a perspectiva do “direito achado na rua” (Sousa Júnior, 2015), como fontes de enunciação de direitos, não necessariamente normatizados – ou seja, garantidos em leis estatais –, com legitimidade de conteúdo e estratégias de negociação, defesa, confrontação e/ou concorrência ao direito normativamente estabelecido e ao Estado.

No artigo, faço uma divisão didática de análise em separado das estratégias de ação coletiva da juventude indígena e do conteúdo das proposições por direitos e políticas públicas. A primeira parte trato no próximo tópico, e a outra no tópico seguinte, com uma conclusão, ao final, para entrecruzamento dos dois elementos de análise e reflexão sobre suas implicações no cenário dos direitos e das políticas para as juventudes (no plural).

Mobilização, alianças e identidades culturais

O primeiro contato com a juventude indígena foi numa roda ou círculo de conversa (Foto 1) que ocorria num corredor do estádio Mané Garrincha, no início da tarde do dia 17 de dezembro⁵. Fui inserido no grupo por intermédio de Reinaldo Terena,

⁴ Para Geertz, as sensibilidades jurídicas traduzem concepções específicas de justiça e de direito que são próprias das formações culturais. Elas “variam, e não só em graus de definição; também no poder que exercem sobre os processos da vida social, frente a outras formas de pensar e sentir...; ou nos seus estilos e conteúdos específicos. Diferem, e profundamente, nos meios que utilizam – nos símbolos que empregam, nas histórias que contam, nas distinções que estabelecem – para apresentar eventos judicialmente” (Geertz, 1998: 261-262).

⁵ Não houve atividades pela parte da manhã, devido o governador do Distrito Federal ter suspenso o uso do estádio para a continuidade da Conferência, haja vista os conflitos que ocorrem entre a Polícia Militar e alguns jovens durante o show de abertura, na noite anterior. Apenas na hora do almoço o

jovem que havia conhecido num outro evento⁶, e que coordena uma organização de jovens Terena no Mato Grosso do Sul.

Foto 1. Roda de conversa da juventude indígena



Fonte: acervo pessoal

A roda foi um espaço que se repetiu ao longo dos três dias do evento, sempre do início das atividades do dia. No primeiro dia, tinha a nítida função de aproximar aos participantes indígenas para que pudessem se conhecer e discutir os desafios e as ameaças aos direitos indígenas, com base nos contextos de vida locais e nacional.

Durante as apresentações individuais, uma primeira questão se colocou em evidência: a maior parte das pessoas se apresentava dizendo o nome inicial brasileiro ou indígena e depois acrescentava o sobrenome do povo indígena ao qual pertencia, por exemplo: Paula Kaingang ou Nelson Xavante. A presença do sobrenome com a designação do povo em princípio não tinha me chamado a atenção, por ser uma questão até certo ponto rotineira no registro de nascimento das crianças indígenas, sobretudo quando feito por meio do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

governador liberou a continuidade do uso do espaço para a Conferência, logo, toda a programação teve que ser readequada para suprir a perda de um turno.

⁶ Trata-se do “Encontro 25 Anos do ECA – pela Prioridade Absoluta da Criança e do Adolescente”, organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), durante os dias 8 e 10 de dezembro, em Brasília/DF. Estive no evento para facilitar o grupo de trabalho das “crianças invisíveis”, voltado à participação de representantes crianças, adolescentes e adultos de povos e comunidades tradicionais.

No entanto, ao longo do evento, este se constituiu num recurso simbólico de uso frequente pelos jovens indígenas, quando de suas apresentações ou início de fala nos espaços de participação do evento, para demarcar a distinção cultural de seu pertencimento e invocar a presença simbólica do coletivo como princípio de legitimação de suas falas e ações perante os demais segmentos da juventude⁷.

Retomando a roda de conversa, o teor central das falas dos indígenas era a diversidade das realidades socioculturais de cada um, ainda que houvesse pontos em comum, como a deficiência das políticas educacionais e os conflitos pelo acesso ou permanência nos territórios étnicos. Foi Délio Alves, do povo Dessano, localizado no hoje estado do Amazonas, quem pontuou que “cada um é de um estado diferente, de realidade diferente, então a gente precisa unificar propostas e se distribuir por eixos”.

“Unificar propostas” representava a necessidade de organizar as diversas demandas enunciadas pelos participantes na roda em entendimentos comuns que pudessem resultar em propostas de texto para serem apresentados e disputados nos 11 eixos ou grupos de trabalho⁸, nos seguintes temas: participação, educação, segurança, meio ambiente, trabalho, saúde, cultura, esporte, diversidade, território e comunicação.

Evidentemente, cada tema remetia a um conjunto de demandas apresentadas pela juventude indígena que se entrecruzava com reivindicações de políticas públicas e questionamento da atuação estatal a partir da linguagem dos direitos indígenas. Na roda, inicialmente pensei que a proposta de adequação das propostas contidas no “Caderno de Metodologia e de Propostas” seria feito apenas nas mesas de trabalho, mas Jeferson Pataxó me explicou que elas já tinham ocorrido previamente, como propostas que vieram das diversas etapas⁹ que ocorreram antes da 3ª Conferência Nacional da

⁷ Aqui é possível uma aproximação com a análise de Vázquez (2013) sobre os jovens militantes *kirchneristas* da primeira década do século XXI e os usos feitos do “portar o sobrenome” que fazia referência aos pais e familiares que foram militantes durante o período da ditadura militar na Argentina. A autora indica que “[a]sí, mientras que la categoría *joven* consagra un universo que iguala a los militantes entre sí... el ser portador de un apellido que invoca a la militancia familiar, especialmente de padres y familiares directos, introduce un principio aristocrático de distinción que los diferencia y legitima frente a otros” (2013: 7). Todavia, não entendo que os usos feitos pelos jovens indígenas do sobrenome alusivo ao povo indígena sejam numa perspectiva de gerar um princípio aristocrático, mas sim como um elemento de reforço da identidade cultural e da ação coletiva.

⁸ Segundo texto oficial do evento, “[n]os Grupos de Trabalho (GTs), os delegados e delegadas irão discutir e priorizar as propostas que se tornarão as Resoluções da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Os participantes dos GTs serão divididos em mesas de diálogo, com até oito pessoas por mesa. Cada uma delas discutirá um único tema por turno de trabalho dos GTs. A discussão terá rodadas de 30 minutos e, em cada rodada, a mesa de diálogo priorizará 3 propostas que serão levadas à Plenária Final. Ao final serão eleitas 11 propostas prioritárias, sendo uma por eixo e 3 propostas como prioridades gerais para a elaboração das políticas públicas de juventude” (Secretaria Nacional da Juventude, 2015b: 3-4).

⁹ As etapas preparatórias da 3ª Conferência Nacional da Juventude foram: etapas livres; etapas territoriais, esta contemplando a juventude rural; etapas municipais; etapas regionais; etapas estaduais e distritais;

Juventude, especialmente da Etapa (ou Pré-Conferência) de Povos e Comunidades Tradicionais que ocorrera nos dias 14 e 15 de dezembro, portanto um pouco antes do evento principal, e possibilitando que as proposições desenvolvidas nesse espaço pudessem inserir cinco novas propostas em determinados eixos temáticos, além de tomar conhecimento daquelas que vieram das outras etapas que contemplariam demandas dos povos indígenas e dos outros povos e comunidades tradicionais.

Logo, tratava-se não de disputar a “adequação das propostas” nos grupos de trabalho, mas de fazer com que, “pelo menos, uma das três prioridades eleitas fosse de uma proposta que nos contemple”, indicou Kâhu Pataxó, ainda na roda de conversa, seja aquela estruturada na Etapa de Juventude Povos e Comunidades Tradicionais ou nas outras etapas, que “fossem adequadas às demandas dos indígenas e dos povos tradicionais”, finalizou a ideia.

Percebe-se a presença de uma primeira aliança política estabelecida entre a juventude indígena e a juventude de povos e comunidades tradicionais instituída com influência estrutural da própria moldagem de participação desses segmentos nos espaços oficialmente estabelecidos, fundamentalmente na Etapa prévia que é voltada para a reunião desses segmentos. Com base em Tarrow (1999), pode-se analisar tal aliança como fruto da “oportunidade política”¹⁰ criada pelo Estado – na figura da Secretaria Nacional de Juventude, que organizou os formatos de participação – para composição de aliança na proposição de conteúdo entre os dois segmentos de juventude. Porém, há de se discutir o modo como a negociação das especificidades culturais na “permanente aliança” conduz à formatação das demandas da juventude indígena e até que ponto as especificidades dessas demandas são asseguradas nas composições feitas, questões que retomarei mais adiante, quando da análise do conteúdo das propostas.

Na parte final da roda de conversa, Kâhu Pataxó solicitou que fosse escolhida uma pessoa para ficar como “ponto focal indígena”, aquela à quem os demais poderiam procurar para obter ajuda e também ficasse responsável pela “verificação da

etapa da juventude de povos e comunidades tradicionais; etapa digital; e, por fim, a etapa nacional. Percebe-se uma atenção diferenciada às juventudes rurais e de povos e comunidades tradicionais, esta última também contemplando as indígenas, o que revela certa preocupação dos organizadores em potencializar a participação desses setores da juventude, ao mesmo tempo em que se reconhece que os formatos padrões de participação nas outras etapas dificultam a participação deles. Ainda assim, à juventude rural se dimensionou a realização de “etapas”, ocorrendo até 15 de agosto, enquanto à juventude de povos e comunidades tradicionais – e juventude indígena – foi pensada uma única etapa.

¹⁰ Para Tarrow, oportunidades políticas são “*señales continuas – aunque no necesariamente permanentes, formales o a nivel nacional – percibidas por los agentes sociales o políticos que les animan o desaniman a utilizar los recursos con los que cuentan para crear movimientos sociales*” (1999: 89. Grifos do autor).

participação dos indígenas” nas mesas de trabalho e outros espaços. Interessante que, logo em seguida, pontuou como critério de escolha que a pessoa fosse uma mulher “porque a gente já tem no movimento homens demais.”

Assim, Samara Daniele, do povo Sataré Mawé, localizado no hoje estado do Amazonas, foi escolhida pelo grupo. Conversei com Samara um dia depois sobre a necessidade de ter o critério de gênero para definir a escolha do “ponto focal indígena”, ao que ela sintetizou dizendo que “tem poucas meninas, pouquíssimas meninas” numa referência à participação das mulheres nas mobilizações da juventude indígena no estado do Amazonas. E completou: “[a]s pautas [de mulheres], quando a gente consegue se reunir, também né? A gente tá trabalhando num seminário agora de meninas, de feminismo, se Deus quiser pra fevereiro [de 2016], pra fazer em todas universidades, no IFAM [Instituto Federal do Amazonas] e na UEA [Universidade Estadual do Amazonas]” (entrevistada dia 18/12/2016).

Em termos objetivos, a fala de Samara releva um dado até então pouco notado por mim, a de que dos 24 participantes indígena na Conferência, somente cinco eram mulheres. Apesar de sua fala tecer análise mais focada na realidade vivenciada no estado do Amazonas, coloca dupla dificuldade de garantir a participação e as demandas das mulheres indígenas nos espaços de mobilização da juventude indígena, ao mesmo tempo em que pontua o perfil específico das mulheres que são “estudantes universitárias” como um segmento estratégico de mobilização e maior potencial de incidência no campo da juventude indígena, ainda que isto também deixe visível a dificuldade de presença de outros segmentos de mulheres indígenas, por diversos motivos, inclusive os culturais.

Na conversa com outras mulheres indígenas presentes na Conferência, diretamente com Judite Ballério, do povo Guajajara, no hoje estado do Maranhão, e Michelle Machado, do povo Tukano, no hoje estado do Amazonas, notei também o elemento comum na trajetória de militância das mulheres indígenas entrevistadas de primeiro se articularem e atuarem nos espaços dos movimentos de mulheres indígenas, regional ou nacional, e depois fazerem o ingresso nas mobilizações da juventude indígena, passando a atuar nos dois espaços, simultaneamente.

Isto, por certo, valoriza a escolha do critério de gênero para definição do “ponto focal indígena” na Conferência, mas não retira a importância de problematização das diferentes condições e dificuldades de acesso entre homens e mulheres nos espaços de mobilização da juventude indígena, assim como a verificação do cruzamento dos

marcadores de gênero, geração e etnicidade nas proposições estabelecidas, e até que ponto as desigualdades e discriminações de gênero também se revestem como preocupações prioritárias da juventude indígena, ao menos no âmbito da Conferência.

Por outro lado, a presença de um “ponto focal indígena” também envolve assumir a responsabilidade de verificar a “participação dos indígenas”. Retomei esse assunto com Reinaldo Terena, logo depois do término da roda de conversa, que explicou que “pelo fato de estarmos espalhados nos alojamentos, já teve situação de outros segmentos terem se envolvido em festas e com bebidas, por isso a fala na roda de focarmos nos objetivos do evento e evitar que alguém passe por essa situação”.

Trata-se de prescrições sobre modos de comportamento e limites na interação social que enunciam uma ética de atuação como representante da juventude indígena, a qual dimensiona a “consciência da mobilização” como algo permanente e que perpassa todos os espaços de interação dos sujeitos no decorrer do evento, assim como a perspectiva da imagem coletiva que carrega cada sujeito e, portanto, da responsabilidade de suas condutas pessoais para com a integridade moral da juventude indígena e, paralelamente, da legitimidade de representação de cada indivíduo para com o povo indígena a que se vincula.

Por isso, evitar inserir-se em certos espaços, consumir determinados produtos e comportar-se de determinadas maneiras ao longo do evento, mais do que produzir uma censura moralista à liberdade de expressão ou de circulação de cada um, convertia-se numa estratégia política de fortalecimento dos representantes da juventude indígena e, conseqüentemente, das ações coletivas que viessem a produzir para disputa das proposições e estabelecimento das alianças.

Mesas de trabalho e plenária final: novas alianças e políticas indígenas

Acompanhei diferentes indígenas nos grupos de trabalho pela parte da tarde do dia 17 de dezembro e a manhã e tarde do dia 18 de dezembro. A distribuição dos indígenas foi acordado na roda de conversa, cada tema ficou com uma média de quatro indígenas diretamente responsáveis por participar e disputar as propostas, e outros que poderiam se agregar caso tivessem interesse ou disponibilidade.

No dia 17 de dezembro, acompanhei Kâhu Pataxó no grupo de trabalho com o tema da “Cultura”. De início, Kâhu sentou numa mesa em que estavam outros membros de povos e comunidades tradicionais, constituindo a maioria daqueles que nela. Olhou os membros do grupo, depois fitou o olhar ao redor, procurando analisar a composição

das mesas próximas. Perguntei a ele o que estava procurando, ele respondeu: “uma mesa sem PCT.” Fixou a atenção numa que estava ao lado da nossa e ao ver que não tinha nenhum representante de povos e comunidades tradicionais, imediatamente se levantou de onde estávamos e foi sentar nesta outra mesa. Os outros membros de povos e comunidades tradicionais continuaram na mesa.

Foto 2. Mesa de trabalho com tema da “Cultura” (nos fundos, a esquerda, a mesa anterior em que estão membros de povos e comunidades tradicionais)



Fonte: acervo pessoal.

Na nova mesa, cinco homens e quatro mulheres, dos quais sete eram brancos, um homem negro e um indígena, o próprio Kâhu, além de mim, como observador. Depois da apresentação de cada um e um debate sobre as linhas gerais das propostas, Kâhu leu a proposta 395¹¹, explicando que ela tinha incorporado o conteúdo de outra proposta (a de número 206¹²) para contemplar mais possibilidades de demandas, mas não fazendo menção à autoria dela.

¹¹ Com o seguinte texto: “395 – Garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, sob consultoria especializada, para as diversas linguagens culturais: teatro, audiovisual, hip hop, dança, artes, artesanato, música, poesia dentre outras. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais nas escolas e associações de moradores, bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestação de contas facilitada e específica para PCTs).”

¹² Não anotei o conteúdo da proposta 206, tampouco ela foi registrada no documento final do evento, talvez por ter sido descartada ante a junção com a proposta 395.

No entanto, um rapaz logo em seguida falou que “ela é tão ampla que fica difícil depois de ser implementada, é praticamente a reunião de várias propostas numa proposta só”. Uma moça também se manifestou dizendo que “era necessário ter um cuidado para definir melhor algumas coisas da proposta, por exemplo, uma consultoria especializada para estar dentro dos espaços de acesso dos jovens e ao mesmo tempo criar e ampliar equipamentos culturais, ou eles [poderes públicos] fazem aquilo ou fazem isso... é quase um plano de cultura essa proposta”. E outro jovem fechou a crítica: “como se a gente não tivesse a capacidade de indicar qual é mesmo a nossa prioridade.”

A discussão entre a viabilidade de implantação da proposta 395, no sentido de se teria condições de se transformar numa política pública, foi tomando corpo e adesões. Kâhu, por outro lado, só ouvia, atentamente, as manifestações. Então começou a falar:

“olha, a discussão que a gente fez foi uma discussão bem ampla, foram 28 povos sentados que discutiram, além dos povos indígenas, ainda divido em vários outros povos [nesse momento, uma das mulheres se surpreendeu ao saber que a proposta 395 tinha sido elaborada por tais segmentos]. A gente tem uma dificuldade muito grande, onde a gente observa que todas as propostas que são colocadas as vezes elas são muito, de fato, vagas. Por que a gente colocou aqui a [questão da] linguagem [ou linguagens culturais, como está no texto da proposta] ou dança? Porque a gente quer realmente direcionar para dizer que, olha, o que a gente quer é isso aqui. Foi nesse sentido. Ela ficou um pouco difícil e grande porque era exatamente o que a gente queria, porque a gente tinha a ideia do fomento a cultura, mas ela é vaga demais. A gente queria especificar... Se era para atender os espaços culturais dentro das comunidades então é bem específico, por isso a gente colocou ela bem ampla”

No final da fala, uma moça vaticinou: “mas não tenha dúvida que a sua proposta vai ser aprovada!”. E outra complementou: “a gente ta discutindo aqui, mas esse trabalho que o grupo de vocês fez lá atrás, não vai ser em vão e também pela mesa aqui é unânime [a aprovação dela] e em todos os grupos”. Ao final do dia, de fato foi, não apenas aprovada, mas a mais votada do grupo da “Cultura”, com 78 votos.

Não tenho como fazer conjecturas de se a ausência de Kâhu da mesa de trabalho poderia ter levado a que a proposta não fosse votada. O fato dele ter atentado para a ausência de jovens indígenas ou dos outros segmentos que possuía aliança na mesa ao lado demonstrar a consciência de mobilização permanente para obtenção dos objetivos traçados pela juventude indígena.

Porém, ao se deslocar para a outra mesa, Kâhu se colocou numa condição de “ser minoria” entre os ali presentes, com mais dificuldade de sensibilização dos participantes para a proposta 395. O que ocorre, no entanto, no jogo discursivo de Kâhu, é uma inversão político-simbólica do “estar em minoria” ao resgatar a memória do conjunto de agentes e grupos étnicos que participaram de sua elaboração, reforçando a autonomia desse grupo de jovens, e dos povos e comunidades tradicionais que representam, de estabelecer o conteúdo da proposição pela ótica das especificidades culturais e da totalidade dos elementos que gostariam contemplar com ela.

Foi interessante também perceber que ao apresentar a autoria da proposta a membros de povos indígenas e comunidades tradicionais, o conteúdo dela deixa de ter um destinatário vago ou abstrato – a juventude em geral – e passa a ser direcionado para determinados segmentos que possuem uma força de adesão, especialmente os povos indígenas. Nisso, observe-se que as falas posteriores à fala de Kâhu já não eram mais direcionadas à crítica ao conteúdo da proposta 395, antes sim ao apoio para os sujeitos que a tinham formulado, valorizando a legitimidade da “maioria político-simbólica” que se materializava na figura do jovem indígena Kâhu.

No dia 18 de dezembro acompanhei um grupo inverso àquele de Kâhu, onde estavam presentes um representante indígena e dois representantes da juventude rural, na mesa de trabalho sobre “Território”, que continha sete pessoas.

Foto 3. Mesa de trabalho sobre “Território”



Fonte: acervo pessoal.

De início, houve a fala do rapaz que representava a juventude rural em defender as propostas 312 e 313¹³, com ênfase para a última, e indicou um critério para a definição das três propostas que seriam aprovadas pela mesa numa proporção que “fosse duas de juventude rural e uma de juventude urbana, por causa dessa segregação que acontece com a jovem rural”, tendo indicado que ela já tinha sido dialogada e utilizada em outras mesas daquele dia. Em seguida a moça da juventude rural continuou a falar da importância da proposta 313, dando ênfase a burocracia para acessar o crédito, arrematando: “então acho que a 313 seria essencial para a juventude.”

Porém, outra jovem mulher indicou que “em outra mesa” tinham definido por critério “escolher uma [proposta] de reforma urbana, uma de reforma agrária e uma de mobilidade”, esta última ligada à melhoria do transporte público.

Da disputa pelo conteúdo das propostas se passou para a definição dos critérios de seleção. Nesse momento, o jovem rural indicou que “entre as duas propostas que eu tinha indicado, se é para escolher uma delas, seria a 313, pois ela fala do acesso ao crédito, do acesso à primeira terra, entre outras coisas”, ao que, de imediato, Paulo Tabajara, do povo Tabajara, localizado hoje no estado da Paraíba, retrucou dizendo “eu prefiro a 312”.

Esse foi o único momento em que Paulo se manifestou na mesa, e todo o debate foi feito entre os argumentos e tensionamentos dos representantes da juventude rural e aqueles que pareciam ser representantes de segmentos da juventude urbana. Ainda assim, o que inicialmente era um debate sobre critérios de escolha, logo avançou para debate sobre critérios de vulnerabilidade das juventudes “do campo e da cidade”, buscando “medir” ou “classificar” qual teria maior grau de vulnerabilidade para justificar a decisão a ser tomada.

Não houve acordo, foi-se para votação, e novo impasse: empate entre as duas propostas de critérios. Os representantes da juventude rural continuaram a demarcar os fatores de vulnerabilidade de seu segmento, objetivando convencer os contrários à proposta inicialmente colocada. Depois de várias argumentações, enfim uma moça mudou sua posição e “passou para o lado” da juventude rural. Assim, houve a eleição

¹³ A proposta contém o seguinte texto: “313 – Elaborar Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; d) educação DO/NO/PARA o campo; e) cultura, esporte e lazer e f) desburocratização e aprimoramento dos programas existentes (Bolsa Jovem Rural, Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Crédito Fundiário).”

das propostas 312 e 313, além de uma da juventude urbana (proposta 300, que, ao final, não ficou entre as nove mais votadas).

Evidentemente, por estar influenciado pelo desempenho de Kâhu Pataxó, imaginei que outros representantes da juventude indígena também teriam o mesmo perfil de atuação e lógica de argumentação, mas não era assim. De certo, há uma heterogeneidade de condutas adotadas pelos indígenas que leva em consideração suas trajetórias de militância, personalidade e experiência em lidar com espaços públicos, o que parece reforçar a necessidade de um “ponto focal indígena” que atue num trabalho de observação e apoio àqueles que estejam com dificuldades de participação.

Por outro lado, a presença de representantes da juventude rural foi crucial para direcionar o debate às propostas que contemplavam a juventude indígena, especialmente a 312. Fica nítida a aliança estabelecida para apoio mútuo entre os segmentos juvenis da diversidade étnico-cultural, equilibrando as relações de disputa que estariam bastante desiguais se houvesse somente o jovem indígena, mas também é expressivo o posicionamento de pretender desigular vulnerabilidades numa análise comparada, aqui enfatizando um repertório de problemas sociais do “jovem do campo” que não necessariamente se conectam as vulnerabilidades da juventude indígena, ou a juventude de povos e comunidades tradicionais, apesar de gerar um efeito de aglutinação ou totalização de todas elas.

No final da tarde do dia 18 de dezembro, encontrei, novamente, Kâhu e os outros indígenas, os quais me informaram de uma reunião de articulação da juventude indígena, juventude rural e juventude de povos e comunidades tradicionais que iria ocorrer em alguns minutos.

Foto 4. Reunião entre as juventudes da diversidade étnico-cultural



Fonte: acervo pessoal.

A reunião continha uma proporção de pessoas que refletia a proporção quantitativa dos segmentos, com uma maioria de membros da juventude rural e uma quantidade mais equilibrada dos que representavam indígenas, quilombolas e tradicionais.

Quando cheguei já havia passado o momento das apresentações individuais dos presentes e um rapaz falava da pauta da reunião, basicamente relacionada a fazer um balanço dos dias de evento e projetar as estratégias e as prioridades para o próximo dia, no qual ocorreria a plenária final, indicando:

“a gente, ou quase todo mundo daqui, esteve participando basicamente de três eixos, o de território, o de meio ambiente e o de educação, e nesses eixos que participamos conseguimos eleger as nossas propostas como sendo a primeira ou a segunda mais votada, ou seja, a gente conseguiu se organizar, mesmo sendo minoria aqui na Conferência, e colocar as nossas prioridades para levar para a plenária final.”

É interessante perceber que a juventude indígena não coadunou com o “quase todos” em termos de estratégia de participação, o que também foi seguido, pelo que observei, pela juventude de povos e comunidades tradicionais. A estratégia de ambos parece ter sido a de se espalhar entre os diversos grupos e temas para ampliar o campo de incidência de suas propostas – e de suas ações políticas – para a totalidade dos eixos, ao contrário do que ocorreu com a juventude rural, esta sim que priorizou os três temas (território, meio ambiente e educação).

Isto sinaliza que apesar das alianças estabelecidas, cada um desses segmentos de juventude estabeleceu estratégias independentes de ação política. Ao mesmo tempo, possibilita dimensionar a capacidade de intervenção com sucesso da juventude indígena em eixos em que não tinha a presença massiva de jovens rurais.

Em continuação da reunião conjunta, Erika Galindo, representante da juventude rural no CONJUVE, explicitou a tarefa daquele grupo de empreender um “processo de priorização” das prioridades já definidas, votadas e eleitas dos segmentos presentes. Depois de explicar que, na plenária, cada delegado teria seis bolas azuis para votar nas prioridades por eixo e uma bola vermelha para votar na prioridade da Conferência, num total de três prioridades gerais do evento, continuo dizendo:

“então a gente teria que construir um esforço para identificar qual seria as três [prioridades máximas] e levantar mais adeptos, porque essa bolinha vermelhinha vale ouro, é a única, então com as outras

seis [bolas] a gente teria que ver quais quer usar para defender as nossas propostas e quais a gente quer defender as propostas de outros segmentos, porque para que a nossa também passe a gente vai ter que fazer acordos com outros segmentos.”

A mensagem era precisa: só com a articulação entre os três segmentos ali presentes não daria para conseguir votos consideráveis para alcançar os objetivos de prioridade máxima da Conferência e as prioridades por eixo. Seria necessário estabelecer novas alianças, com outros segmentos, para lograr sucesso.

No dia 19 de dezembro, antes do início da plenária final acompanhei as movimentações e negociações dos representantes da juventude indígena em busca de novas alianças e estratégias de convencimento. Reunidos em algumas cadeiras do espaço, os membros da juventude indígena conversavam sobre as estratégias a serem adotadas.

Chegaram à estruturação de cinco estratégias. A primeira, de negociação com segmentos estratégicos, como representações de partidos políticos e de temas afins, tendo obtido parcerias com representantes do Hip-Hop, da juventude negra, da Kizomba e do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Foto 5. Negociação entre Kâhu Pataxó e representante da juventude do PRB



Fonte: acervo pessoal.

A segunda estratégia foi a de verem o convencimento dentro das delegações dos estados, com alguns indígenas buscando negociar com pessoas de suas delegações estaduais para obter mais votos e apoio. A terceira, classifiquei por “troca um voto por

uma foto”, já explicitado no início do artigo, e consistia na transformação de uma solicitação de fotografia de uma pessoa não-indígena em uma negociação política das “contrapartidas” da foto, é dizer, da necessidade de obter um voto para uma proposta da juventude indígena em “troca” da foto.

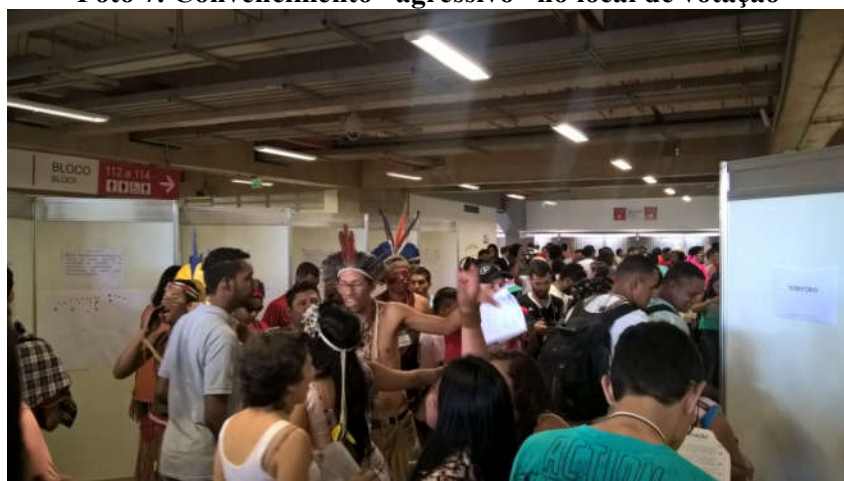
Foto 6. Estratégia de “um voto por uma foto”



Fonte: acervo pessoal.

As duas últimas estratégias eram: se espalhar pela plenária, indo atrás de pessoas indecisas ou que pudessem oferecer alguns votos para as propostas indígenas; e, realizar o convencimento “agressivo” no local da votação, mesclando todas as outras quatro estratégias ao reunir toda a juventude indígena para direcionar a votação à proposta que tinham escolhido como a prioritária das prioridades, a de número 312.

Foto 7. Convencimento “agressivo” no local de votação



Fonte: acervo pessoal.

No final, logrou-se o êxito de fazer da proposta 312 a segunda mais votada de toda a plenária final, alçando-a ao *status* de prioridade da Conferência, somente atrás da proposta 360¹⁴ que versava sobre a não redução da maioria final, e a frente da proposta 32¹⁵, a terceira mais votada, sobre a implantação do Sistema Nacional da Juventude.

Direitos indígenas nas políticas de juventude: aproximações e preocupações

As estratégias de ação coletiva e produção de conteúdos de proposições da juventude indígena no campo das políticas de juventude não se mantiveram no campo temático oficialmente – e, por certo, juridicamente – estabelecido da “diversidade”, como definido na estrutura organizacional do evento e no documento normativo de referência, o Estatuto da Juventude (EJUVE – Lei nº. 12.852/2013).

O esgarçamento propositivo e participativo da juventude indígena – em aliança com a juventude de povos e comunidades tradicionais e juventude rural – possibilitou a incidência das demandas de políticas indígenas nos agentes e conteúdos da política de juventude, de modo a estabelecer a abertura descolonial do campo semântico da juventude para a produção intercultural das políticas e a afirmação dos sujeitos envolvidos como fontes de enunciação de novos direitos que exigem reconhecimento e institucionalização.

Sem dúvida, esse duplo esgarçamento está cristalizado no resultado das propostas mais votadas da Conferência, dos 11 eixos temáticos em oito as propostas campeãs de votos¹⁶ tratavam de assuntos específicos ou relacionados à juventude indígena, assim como à juventude rural e juventude de povos e comunidades tradicionais, e somente nos eixos de Esporte e Segurança as três primeiras colocadas não traziam elementos que especificavam como destinatários tais segmentos da juventude.

¹⁴ Com o texto: “360 – Não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente”. Interessante notar que a prioridade máxima não versa sobre questão específica da juventude, tampouco contida no seu documento jurídico de referência, mas que mesmo assim a mobiliza para ter incidência política.

¹⁵ “32- Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses fundo a fundo definidos entre os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.”

¹⁶ Não farei a exposição detida das propostas no presente artigo, mas fica como registro que foram os seguintes eixos temáticos: Educação; Trabalho; Diversidade; Saúde; Cultura; Comunicação; Território; e, Meio Ambiente.

Certamente, outras propostas não obtiveram votação considerável para figurarem entre as três primeiras de cada eixo, mas nem por isso tem seu valor e conteúdo reduzido. Não objetivo apresentar o conjunto completo das proposições, mas estabelecer a análise estrutural¹⁷ delas de modo a identificar a maneira de textualização do tratamento das demandas e identidade coletiva da juventude indígena, ou seja, entender como as diferenças culturais e os direitos indígenas foram negociados e expressados nos textos alçados ao patamar de proposições de políticas da juventude.

De fato, da análise estrutural do conteúdo das proposições pude identificar três linhas de tratamento que procuro sintetizar com o trabalho de três proposições que encapsulam a lógica predominante em cada uma delas. Trata-se da segunda proposta mais votada de toda Conferência, a de número 312, a de número 395, mais votada do eixo de Cultura e a de número 393, do eixo de Diversidade.

O primeiro delineamento de proposições das políticas de juventude para interlocução com as demandas da juventude indígena apresenta um sentido de valorização identitária e internalização de preceitos dos direitos indígenas. Nele, o conteúdo da proposta 312 – originalmente estabelecida no eixo de Território, mas que ao final ganhou *status* de segunda maior prioridade da Conferência – é a principal referência, assim estabelecido:

312 – Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer e regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.

Há a definição explícita do marcador identitário indígena como componente específico de reconhecimento político-jurídico e diferenciação cultural. O direito ao território compõe-se como um dos direitos da juventude estabelecido no artigo 31¹⁸ do EJUVE. No entanto, o sentido e a apropriação estabelecidos pela juventude indígena – e pela juventude rural e juventude de povos e comunidades tradicionais – transcende a

¹⁷ Aqui, com influência da análise sincro-diacrônica de Levi-Strauss (2003).

¹⁸ Com o seguinte texto: “[a]rt. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias” (Brasil, 2013).

composição normativa presente no documento jurídico ao entrecruzá-lo com os elementos dos direitos indígenas assentados nas expressões do “reconhecimento” das dinâmicas de territorialização específicas dos povos indígenas, assim como à obrigação estatal de “demarcação” e titulação das terras indígenas.

Há um duplo movimento de transversalização dos direitos indígenas nas políticas das juventudes que perfaz a estrutura central do enquadramento textual e das ações propositivas da juventude indígena. Por um lado, o trabalho de adequação ou reconstrução intercultural das políticas das juventudes com base nos sentidos culturais e na força hermenêutico-normativa dos direitos indígenas, assim como dos outros povos e comunidades tradicionais, para significação coletiva do “ser jovem” e interconexão com demandas macro-sociais dos seus coletivos étnicos (Oliveira, 2014). Por outro, a instrumentalização das políticas de juventude, e dos órgãos, agentes, recursos e instrumentos que a executam, para “somar forças” às lutas e direitos dos povos indígenas, buscando empreender o que Szulc identificou como “somatória de direitos” no contexto de acionamento da interlocução entre direitos indígenas e direitos das crianças por povos indígenas da Argentina, “argumentando en función de [que] los derechos de los niños y niñas sumaban elementos a la causa, fortalecían su caso y habilitaban nuevas vías de reclamo” (2016: 18).

A segunda linha de tratamento da diversidade cultural indígena nas proposições das políticas de juventude da Conferência envolve a referência implícita da identidade indígena no âmbito das categorias normativo-conceituais mais amplas de comunidades rurais e povos e comunidades tradicionais, ainda que, com isso, o objetivo de adequação intercultural das políticas de juventude seja preservado, porém não mais com a ênfase de reconhecimento explícito das especificidades indígenas.

Nisso, a proposta 393 é exemplificativa, além de conter conteúdo interesse de proposição pretendida:

393 – Criação de cotas de no mínimo 30% destinadas à juventude de povos e comunidades tradicionais nos concursos públicos (municipais, estaduais e federais) e estimular a contratação de PCTs nos cargos de confiança dos governos, sem perder nenhum direito já adquirido.

De acordo com Cruz (2012) e Oliveira (2013), a categoria povos e comunidades tradicionais foi estruturada conceitual e normativamente com a pretensão de reunir o

conjunto dos grupos etnicamente diferenciados existentes no território brasileiro¹⁹, cuja definição atual mais utilizada é a contida no artigo 3º, inciso I, do Decreto nº. 6040/2007²⁰ (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais). Ainda assim, é uma categoria que não encontra consenso de aplicação junto aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, devido à redução identitária que acaba subsistindo para ampliação do rol de grupos abarcados – assim como que para povos indígenas e comunidades quilombolas já existir direitos constitucionais que reconhecem suas identidades culturais para conformação de sujeitos coletivos de direitos. Em relação à categoria comunidades rurais, também se estabelece a unificação dos grupos étnicos na compreensão do campo – ou dos sujeitos sociais do campo – como elemento de aglutinação das identidades²¹, inclusive com respaldo normativo²².

Em ambos os casos, a estratégia político-discursiva que reverbera nos espaços de atuação da juventude indígena é a de “beneficiamento” de todos os grupos (e, com isso, jovens) etnicamente diferenciados. “Beneficiar a todos” é o mote para a aplicação de categorias gerais de representação da diversidade cultural com a finalidade de

¹⁹ E Cruz complementa: “[o] uso dessa identidade sociopolítica faz parte de um conjunto mais amplo de reconfigurações identitárias realizadas por parte das comunidades rurais brasileiras, que, na luta pela afirmação de seus direitos, vêm resignificando e até rasurando as categorias classificatórias tradicionalmente utilizadas em sua definição. Essas comunidades, objetivadas em forma de movimentos sociais, adotaram como estratégias discursivas e políticas certo distanciamento das clássicas identidades de *trabalhador rural*, *camponês*, *lavrador*, ou, ainda, daquelas que recentemente ganharam força, como é o caso de *agricultor familiar*” (2012: 597. Grifos do autor).

²⁰ Com o seguinte texto normativo: “Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

²¹ Silva indica que “a identidade dos sujeitos sociais do campo em sua diversidade que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas... torna-se fundante para reivindicação de políticas educacionais e elaboração de diversas práticas educativas” (2006: 61). Além disso, no documento orientador da 2ª Conferência Nacional de ATER: ATER, agroecologia e alimentos saudáveis, identificado pelo termo “Juventude Rural”, realizada entre os dias 28 e 29 de março de 2016, existe a seguinte definição do que seja juventude rural: “[a]s e os jovens identificados sob o termo guarda chuva ‘juventude rural’ são bastante diversos. São pessoas entre 15 e 29 anos (Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013), mulheres e homens, da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016: 3).

²² Trata-se da Resolução nº. 02/2008 do Conselho Nacional de Educação, que no artigo 1º estabelece: “[a] Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (Conselho Nacional de Educação, 2008: 1).

impulsionar as alianças estabelecidas e propugnar pela continuidade da adequação intercultural das políticas de juventude.

Porém, ao diluir as especificidades culturais de cada grupo, especialmente dos povos indígenas, evidencia-se as relações de poder que ordenam a própria forma de se conceber quem se é e com quem se é, ou seja, a negociação política para construção da representação identitária de conexão dos sujeitos e grupos, sem desconsiderar as assimetrias e conflitos dessa movimentação. É, paralelamente, como visto ao longo da Conferência, estratégia tensionada pela juventude de povos e comunidades tradicionais para aproveitar a força mobilizatória e normativa dos povos indígenas, haja vista terem mais visibilidade e reconhecimento por parte do Estado, da sociedade e de outros segmentos de juventudes.

Por último, um conjunto de proposições que hiper-aglutina diferentes segmentos de juventudes para afirmação de políticas e direitos, mas que acabam tendo o efeito adverso de produzir a homogeneidade do tratamento socioestatal ou a baixa diferenciação das formas de atuação entre os diferentes sujeitos e grupos envolvidos, o que acaba por reforçar a reprodução de práticas universalistas ou generalistas com viés implícito de colonialidade do poder. Como exemplo estruturante, tem-se a seguinte proposta:

395 – Garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, sob consultoria especializada, para as diversas linguagens culturais: teatro, audiovisual, hip hop, dança, artes, artesanato, música, poesia dentre outras. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais nas escolas e associações de moradores, bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestação de contas facilitada e específica para PCTs).

O conteúdo da proposta 395 foi discutido, trabalhado e defendido pela juventude indígena, em articulação com a juventude rural e juventude de povos e comunidades tradicionais, por possuir medidas que possibilitariam atender as demandas indígenas em relação às políticas culturais e também a de diversos outros segmentos juvenis e sociais. No entanto, é justamente na tentativa ou intenção de abarcar uma ampla gama de

sujeitos que se acirram os riscos de invisibilidade das especificidades e padronização universalistas dos procedimentos a serem adotados – só modificado, na proposta sob análise, na parte final, quando se estabelece uma forma diferenciada de prestação de contas aos povos e comunidades tradicionais.

Assim, reunir diferentes segmentos da diversidade, como os grupos LGBTT, gênero, etnia, raça e condições socioeconômicas, ainda que possa pressionar os agentes responsabilizados pelo cumprimento a empreenderem a articulação entre os marcadores sociais da diferença para planejamento e execução das políticas públicas, também pode, e com maior facilidade, descaracterizar as diferenças/diversidades pela necessidade/intenção de “tratamento igualitário” entre ou para os sujeitos e grupos envolvidos.

Referências

BRASIL. *Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais)*. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. *Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude)*. Brasília: Casa Civil, 2013. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: *Resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2008. Disponível em: << http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CRUZ, V. C. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTAJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, p. 594-600, 2012.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios de Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *2ª Conferência Nacional de ATER: ATER, agroecologia e alimentos saudáveis – Juventude Rural: documento orientador*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

- OLIVEIRA, A. C. Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 27, p. 71-85, jan./jun. 2013. Disponível em: << <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/28306/20672>>>. Acesso em: 10 jun. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v27i0.28306>
- _____. *Indígenas crianças, crianças indígenas: perspectivas para a construção da Doutrina da Proteção Plural*. Curitiba: Juruá, 2014.
- REVILLA BLANCO, M. América Latina y los movimientos sociales: el presente de la rebelión del coro. In: *Nueva Sociedad*, n. 227, p. 51-67, mai./jun. 2010.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Confira a lista final de delegados, delegadas e propostas eleitas pelo APP#3CONFJUV*. Brasília: SNJ, 12. nov. 2015a. Disponível em: << <http://juventude.gov.br/conferencia/noticias/confiraalistafinalde-delegadosdelegadasepropostaseleitaspeloapp3confjuv>>>. Acesso em 19 nov. 2015.
- _____. *Conferência Nacional de Juventude: as várias formas de mudar o Brasil*. Brasília: CNJ, 2015b. Disponível em: << <http://juventude.gov.br/profile/conferencia>>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- SILVA, M. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, M. C. (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 60-93, 2006.
- SOUSA JÚNIOR, J. G.. Introdução – O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática. Plataforma para um Direito Emancipatório. SOUSA JÚNIOR, J. G. (org). *O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 9-69, 2015.
- SZULC, A. Infancias y derechos indígenas en la Argentina: reflexiones desde la antropología. In: *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Faculdade de Direito de Vitória, 2016 (no prelo).
- TARROW, S. Estado y oportunidades. La estructuración política de los movimientos sociales. In: MCADAM, D., *et al. Movimientos Sociales: perspectivas comparadas*. Ediciones Istmo: Madrid, p. 71-100, 1999).
- VÁZQUEZ, M. En torno a la construcción de la juventud como causa pública durante el kirchnerismo: principios de adhesión, participación y reconocimiento. In: *Revista Argentina de Estudios sobre Juventud*, v. 1, n. 7, UNLP, 2013.